

Tablets

Isenção de IR não ajuda Zona Franca

A política do governo federal só privilegia com incentivos o Nordeste e o Estado de São Paulo, em detrimento da ZFM que perde o seu papel estratégico

POR JUSCELINO TAKETOMI,
ESPECIAL PARA O JOC

Para o deputado Marcelo Ramos (PSB), a fraqueza da bancada federal do Estado na condução das negociações para diminuir os prejuízos da Zona Franca de Manaus em relação às Medidas Provisórias 517 e 534 "causa desconforto" e agrava a situação do polo industrial amazense, diante da determinação do governo federal de limitar a ZFM apenas a cumprir metas desenvolvimentistas de acordo com projetos voltados às suas vocações regio-

nais e ecológicas, anulando o seu papel enquanto modelo de desenvolvimento econômico e estratégico na região Norte.

No entender de Marcelo, a nova política industrial lançada pela presidente da República, Dilma Rousseff, confirma a intenção de esvaziamento da ZFM com a ampliação da isenção de 75% para 100% do Imposto de Renda como incentivo à produção de tablets nas áreas da SUDAM e da SUDENE. "Isso destrói a competitividade da nossa ZFM, ajudando as empresas a investirem nos estados do Nordeste, como a Samsung que produz tablets na Bahia e dificilmente mudaria para Manaus depois de estar instalada, com as devidas facilidades, em território baiano", argumenta.

O deputado lamenta que parlamentares, como o senador Eduardo Braga (PMDB-AM), trabalhem na contramão achando que os benefícios do IR resultem positivamente em favor da ZFM. A atitude

correta, afirma Marcelo, seria Braga ter usado a sua condição de relator da MP 534 no Senado e evitado a ampliação dos benefícios do IR de 75% para 100% ao Nordeste. "O certo era ele

O certo era convencer o governo federal a conceder a isenção do IR em 100% para as áreas da Sudam e limitar esse incentivo a 75% para as áreas da Sudene

convencer o governo federal a conceder a isenção do IR em 100% para as áreas da Sudam e limitar esse incentivo a 75% para as áreas da Sudene, aí ele ajudaria a Zona Franca de Manaus", analisa.

Para Eduardo Braga fortalecer a ZFM - prossegue Marcelo Ramos - "ele teria que sensibilizar o Palácio do Planalto a vetar, expressamente, incentivos de ta-

blets a segmentos como televisores e telefones, além de proibir que embutissem tecnologia nos tablets para eles funcionarem como telefones e televisores".

Conforme o parlamentar socialista, o senador Braga, apesar de relator da MP 534, não soube usar sua força política para frear os atos do ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, direcionados aos interesses da indústria do Estado de São Paulo. "Por isso, não vamos alimentar ilusões, já que o ministro Mercadante faz o que quer e ninguém diz nada, ninguém tem coragem para ir a presidente Dilma Rousseff e dizer que o ministro está errado, que ele trabalha contra o Amazonas", desabafa.

Enquanto isso, assegura o deputado, o ministro garante a indústria paulista de tablets de acordo com as diretrizes da nova política industrial do Palácio do Planalto que estende a produção de bens de informática a todo o país, em prejuízo do PIM (Parque



Foto: Djalma Junior

Para o deputado, a bancada federal do Estado não sabe frear o Ministério da Ciência e Tecnologia

Industrial de Manaus).

"A dura realidade são os negócios da empresa taiwanesa Foxconn", diz Marcelo. A empresa, como anunciou a própria presidente Dilma Rousseff em viagem a China em abril, iniciará em setembro a

produção de telas para celulares de terceira geração e iPads em São Paulo. Os incentivos concedidos pelo governo federal a empresa reduzem em 31% a carga tributária incidente sobre os tablets comercializados no país.

Indicação

Belão quer educação ambiental na rede pública

As escolas da Rede Pública do Amazonas poderão incluir em suas grades curriculares a disciplina Educação Ambiental, com a finalidade de criar uma consciência e formar cidadãos aptos a entender, compreender e defender a preservação do meio ambiente. É o que pretende o deputado estadual Belarmino Lins, líder da bancada do PMDB na Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas), com indicação apresentada ao governador Omar Aziz.

Belarmino chegou a elaborar um anteprojeto de lei sobre o assunto, mas optou pela indicação por se tratar de uma questão de competência do governador, a partir de uma série de estudos no âmbito da (Seduc) Secretaria de Estado da Educação a quem caberá estabelecer o conteúdo e público alvo da nova disciplina, além de oferecer cursos acessíveis a seus professores para capacitá-los a lecionar a matéria.

Segundo Belarmino, a Educação Ambiental deve ser compreendida segundo a definição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), como processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica so-

bre o problema ambiental, entendendo-se como tal a capacidade de captar o cerne e a evolução da problemática ambiente nos seus aspectos biofísicos, sociais, políticos, econômicos e culturais. "Não se pode perder de vista o desenvolvimento de habilidades e instrumentos tecnológicos para a solução dos problemas ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental", destacou o deputado.

Belarmino disse ainda, que considera de extrema importância que o Estado promova a Educação Ambiental, "porque o futuro de todos nós depende da capacidade dos cidadãos em combater o empobrecimento da diversidade biológica. Dessa forma, a educação servirá como instrumento para o fim gradativo da falta de consciência ambiental".

Ao observar que o progresso e o desenvolvimento desenfreados têm custado muito caro ao ecossistema, Belarmino apela ao governador Omar Aziz para que determine estudos, na área de competência do Estado, viabilizando a criação, ainda no ambiente escolar, da conscientização para a necessidade de preservação do meio ambiente.

Municípios

Medeiros denuncia abandono do setor produtivo do Estado

Para o deputado estadual Tony Medeiros (PSL), órgãos como INCRA, Suframa e Ibama estão ausentes em todo o interior do Estado e essa ausência é a maior responsável pela queda no setor produtivo do Amazonas. Segundo Tony, muitos produtores estabelecidos em cidades do interior não podem sequer utilizar seus terrenos como garantia de financiamento porque o INCRA se afastou dos municípios e não expediu o título de terras.

O deputado parintinense já denunciou na Assembleia Legislativa a situação dos produtores rurais que não têm como transportar sua produção para os centros consumidores, por falta absoluta de meios de escoamento. "Não tem lombo de cristão que agüente", destaca, explicando que a maioria dos produtores carrega nas costas os sacos de farinha, por exemplo, o que lhes causa sérios problemas, no presente, e doenças no futuro.

Para Tony, a Suframa resolveu se afastar das comunidades do interior, obrigando os produtores e pequenos

empresários a virem a Manaus em busca de um simples carimbo que lhes permita retirar as mercadorias retidas em armazéns. Na opinião dele, esse pessoal sequer possui dinheiro para suprir suas necessidades, quanto mais para se deslocar a Manaus para solicitar o carimbo da Suframa. "Não entendo como é que a Suframa se ausenta do interior, deixa o comércio a ver navios e obriga os pequenos empresários a gastarem o que não têm para liberar suas mercadorias", diz.

Tony Medeiros denuncia, também, o fechamento dos postos do Ibama nos municípios de Tefé, Carauari e Itacoatiara e afirma temer que o de Parintins também seja desativado, tornando realidade a centralização dos serviços em Manaus. Ele criticou a morosidade do instituto no acompanhamento de ações contra o meio ambiente verificadas nos municípios e pediu providências ao governo federal antes que alguma coisa mais grave aconteça. "Não podemos é viver reféns desses institutos e organismos".

A.R.T.I.G.O

Propofol

REGINALDO DE OLIVEIRA

O cidadão norte-americano é um ferrenho defensor do seu território. Tanto, que não pensa duas vezes antes de dar um tiro naquele que ousar invadir os seus domínios. É assim com sua casa, seus familiares, seu país. Por aqui, em terras tupiniquins, a coisa é bem diferente. Agimos como se nada fosse nosso. Nossas propriedades podem ser invadidas a qualquer momento sem que tenhamos o direito de defender aquilo que trabalhamos duro para construir. O pior de tudo é que os invasores até recebem incentivos do governo - algo inimaginável nos Estados Unidos.

Onde estarão as raízes do nosso comportamento pacífico letárgico passivo? Será que carregamos na nossa genética a marca do colonizador explorador que veio de Portugal com a finalidade específica de arrancar daqui o que pudesse para

depois retornar ao velho mundo? Ou será que existe algum elemento maquiavélico que é injetado diariamente na veia do povo brasileiro para mantê-lo em alto grau de resignação a tudo de mal que lhe acontece?

Há pouco tempo testemunhamos a histórica queda do ditador egípcio Hosni Mubarak, que agora está sendo julgado pelos seus desmandos no poder. Somos testemunhas também de várias outras rebeliões mundo afora de gente que reage violentamente às agressões e desmandos dos seus governos, saindo às ruas para protestar com todas as forças de que dispõem. Por esse motivo, os governantes de muitos países são extremamente cautelosos com a coisa pública, visto que seus cidadãos não toleram incompetência e corrupção. No Brasil, o descaramento, desmandos, corrupção, são pragas de extensa vascularização no tecido so-

cial. Parece que todo gesto, toda assinatura, toda palavra provinda do ente

A bandalheira política se transformou numa riquíssima fonte de piadas jocosas que divertem os incautos

público carrega algum tipo de contaminação. Sendo assim, por gerações e gerações essas deformidades vêm sendo catalisadas pela química social até ganhar ares de normalidade.

A bandalheira política se transformou numa riquíssima fonte de piadas jocosas que divertem os incautos e enriquecem humoristas e corruptos, deixando o espectador espoliado e risonho. Na realidade, o humor político tão alastrado e prolífico é um

dos mais poderosos anestésicos que o cidadão pode experimentar, visto que seus efeitos entorpecentes impedem a percepção das chibatadas que constantemente lhe arrancam o couro. Poder-se-ia dizer que os humoristas até deveriam ser remunerados pelos políticos em vista do imensurável serviço que prestam a esse pessoal; considerando que enquanto o povo se diverte a bandalheira corre livre, leve e solta. O mais impressionante é que todas as artimanhas ignóbeis possuem um jargão humorístico. Assim, para cada situação embaraçosa que por vacilo o político desonesto se envolver, ele terá ao seu dispor um leque de opção de argumentos cínicos para se "defender", como se

houvesse uma espécie de manual do descarado inescrupuloso. O humorista procura transportar o arsenal de bandalheiras para suas charges e espetáculos teatrais. Dessa forma, o cidadão acaba inconscientemente achando tudo naturalmente engraçado. E como diz o velho ditado, "brincando, brincando o gato comeu o rato".

A bandalheira política deveria ser sempre motivo de indignação e não de piada. Interessante, é que não se vê humorista fazendo piada com ações de estupradores e estripadores. Talvez, pelo horror que isso causaria ao público. A corrupção e os desmandos políticos são de uma perversidade visceral. Por esse motivo deveriam provocar vômitos e não risadas.

REGINALDO DE OLIVEIRA é Consultor Contábil e professor do ensino superior. BLOG: www.reginaldo.cnt.br Email: manausreginaldo@hotmail.com